

## *Associar e cortar* redes politizadas: gênero, raça e sexualidade na infiltração das relações universitárias

Romário Vieira Nelvo  
Mestrando em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ  
[nelvo.romario@gmail.com](mailto:nelvo.romario@gmail.com)

Fabrcio Campos Longo da Silva  
Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
[fabulongo@gmail.com](mailto:fabulongo@gmail.com)

### **Resumo**

Cuspe, Boletim de Ocorrência, gestão de Centro Acadêmico, nota institucional e efeitos subjetivos são alguns dos repertórios políticos, performáticos e morais nos quais aqui centramos nossa análise. Todos esses elementos constituíram uma briga entre uma estudante feminista e um estudante negro homossexual, dentro do espaço universitário da UERJ. Ao tomarmos esse ocorrido como um *evento crítico*, objetivamos aponta-lo como ele “desde ao ordinário” com performances de gênero, raça e sexualidade. O *evento*, e sobretudo suas gramáticas identitárias, *associa* atores específicos e *cortam* redes politizadas, notoriamente a partir das carnaturas do gênero, da raça, da sexualidade. Ao invés de partirmos desses marcadores sociais como dados, privilegiamos tomá-los em seus atos, suas relações, isto é, na produção do cotidiano e de seus intervalos de sentido. O enfoque é, dentre outras coisas, postular como os atos performáticos de produção social da diferença constituem o cotidiano politizado das relações universitárias.

**Palavras-Chave:** Redes; Cortes de redes politizadas; Marcadores da diferença; Estudantes universitários; Gênero.

## Abstract

Spit, Bulletins of Occurrence, management of Academic Center, institutional note and subjective effects are some of the political, performance and moral repertoires on which we focus our analysis here. All these elements constituted a fight between a feminist student and a homosexual black student, inside the university space of UERJ. In taking this *event* as a *critical event*, we aim to point to him as “from the ordinary” with performances of gender, race and sexuality. The *event*, and especially its identity grammars, *associate* specific actors and *cut* politicized networks, notoriously based on gender, race and sexuality. Instead of starting from these social markers as given, we prefer to take them in their acts, their relations, that is, in the production of the quotidian and its intervals of meaning. The focus is, among other things, to postulate how the performatic acts of social production of difference constitute the politicized quotidian of university relations.

**Key-Words:** Network; Cuts of politicized networks; Difference markers; University students.

## Introdução

“Vem, vem piranha!”<sup>1</sup>. Cantavam os alunos descamisados do curso de engenharia contra Cleusa<sup>2</sup>, uma aluna do curso de Ciências Sociais. Era o mês de março do ano de 2014 e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) fervilhava com a excitação de um novo semestre letivo, com a recepção dos/as calouros/as através de *trotos*, festas e ações beneficentes.

Esse não era um ano qualquer. Em 2014 iríamos sediar a Copa do Mundo e depois eleger um novo presidente – ou reeleger a então presidenta, Dilma Rousseff – depois de um 2013 marcado por manifestações políticas em todo o país, que começaram com o protesto contra o aumento das passagens de ônibus e acabaram *lutando* contra tudo o que estava posto à vida social e ameaçava nosso, até hoje em dia, nascente sentimento de “democracia”. Manifestações que parecem ter alargado o abismo entre a direita e a esquerda no país, dividindo opiniões sobre as bandeiras defendidas, a participação de partidos políticos e até sobre o uso da violência com o “quebra-quebra” promovido por uma parcela dos manifestantes tomando posição central no debate, já que a repressão

---

1 Convenções: Aspas foram utilizadas para demarcar ironias, passagens *êmicas* e frases de interlocutores. Itálico para reforçar categorias e conceitos. Alguns termos, como “machista”, “menino” e “menina” foram mantidos quando nos referimos especificamente a colocações dos interlocutores, sendo então alterados por “mulheres” e “homens” quando partia de nossas análises. A alteração dessas categorias linguísticas, acionadas em momentos contextuais específicos, e sempre de modo estratégico, é apenas um dos modos pelos quais, portanto, o gênero aparece como performance (Butler, 2003) e relação (Strathern, 2006), e não como algo substancializado ao longo do artigo.

2 Todos os nomes foram trocados para proteger as identidades dos envolvidos.

policial era severa, e muitos discordavam do que entendiam como “vandalismo”.

É nesse contexto que os novos alunos do curso de Ciências Sociais recebem as boas-vindas. Com uma camiseta de tom rosa, munindo-se dos dizeres *Vandalxs a CS faz em casa*, e são inseridos no clima de agitação política que marca esse curso, tanto quanto o estigmatiza. É nesse cenário que questões como o racismo, o machismo e a LGBTfobia<sup>3</sup> emergem como a *espinha dorsal* (Lima, 2018) do curso, praticamente dividindo os estudantes entre *privilegiados/alienados que não enxergam ou não se importam com essas opressões* e os *politizados que se identificam mais com alguma das questões e se colocam como aliados em relação às outras*. É na ocasião da entrada desses estudantes, também, que a aluna veterana Cleusa tira a camisa para enfrentar, de peito aberto, “os machistas da engenharia”, que desferiam sobre ela falas de “vem, vem piranha!”.

No nono andar (que abriga os cursos de História, Filosofia, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Educação Física e Arqueologia), a sala do primeiro ano era completamente pichada com palavras de ordem. Dentre muitas, destaca-se a frase “machistas não passarão”. E foi dessa sala que partiram os/as alunos/as, calouros e veteranos, cantando pelas rampas dos doze andares da UERJ, considerada a universidade mais popular do Rio de Janeiro. Por fim, o embate no salão térreo e posteriormente uma conversa informal nos portões da universidade, quando Cleusa falou sobre feminismo<sup>4</sup> e aludiu que o embate

3 Valemo-nos aqui da forma como o movimento social classificava os ataques constantes a pessoas que se auto denominam Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT). O momento no qual descrevemos os conflitos universitários foi propício para a alteração nos significados semânticos dos movimentos identitários, sobretudo, no que tange às identidades sexualizadas. Desse modo, trata-se de uma “sopa de letrinhas” um tanto alterada em relação, por exemplo, à análise ricamente desenvolvida sobre o movimento homossexual do final do século vinte por Regina Facchini (2005), referência obrigatória para um panorama de como esses movimentos se constroem como demandas sociais e identitárias. Naquele momento, o debate sobre o Poliamor ainda estava surgindo entre as pautas estudantis e identitárias, pelo menos na UERJ, de onde esses conflitos partem – consultar França (2016) para uma arguição sobre o Poliamor. As discussões sobre as políticas *Queer* já apareciam como parte dos repertórios políticos estudantis da UERJ, todavia, sem grande protagonismo nos conflitos de gênero, raça e classe que aqui analisamos – consultar Miskolci (2009). Para uma melhor análise sobre como têm sido pautadas as identidades politizadas de sujeitos *LGBT's* no ambiente universitário, consultar Lima (2016). Destacamos, ainda, a importância que os espaços de sociabilidade têm assumido para as dinâmicas sociais desses grupos, sobretudo em suas diferenças internas, como a etnografia realizada por Isadora Lins França (2012), na interseção entre a homossexualidade e o consumo em São Paulo, demonstrou. E, mais recentemente, Longo (2018) dedicou especial atenção para as fronteiras nitidamente demarcadas de classe, consumo e bebida alcóolicas entre sujeitos Gays no Rio de Janeiro, que lhe permitiu sugerir a interrogação: “o que é ser Gay no século XXI?”. Para um panorama mais geral de como esses debates têm se dado entre os movimentos sociais e a academia, valemo-nos de algumas referências teóricas, as quais deixamos como citações (Ver, por exemplo, Vianna & Lacerda, 2004; Carrara, 2015; Carrara *et al.*, 2017; Carrara, França & Simões, 2018).

4 Para a escrita do artigo consultamos distintas/os autoras/es que pensaram os feminismos, o gênero, a raça, o sexo, a sexualidade e as formas contemporâneas de erotismo (Rubin, 1984; Brah, 1996; Butler, 2003; Strathern, 2006; Mahmood, 2005; Haraway, 2009; Abu-Lughod, 2012; Padovani, 2015; Davis, 2016, 2017; Gregori, 2016; Díaz-Benítez, 2010; Hooks, 2010; McClintock, 2010; Lima, 2018).

com os “machistas da engenharia” não seria o último conflito na trajetória estudantil daqueles calouros. Essa era a UERJ.

Este primeiro dia ganharia ainda mais significado meses depois, quando uma briga envolvendo Cleusa, uma mulher feminista branca, e um homem negro e homossexual, aluno do curso de Artes também da UERJ, dentro do Centro Acadêmico de Ciências Sociais – CACIS –, acabaria revelando as tensões, os intervalos e as diferenças cotidianas de gênero, de raça e de sexualidade (Feltran, 2017) que persistem no andar, mesmo no curso supostamente mais politizado e que melhor discute essas questões. O artigo se constrói em torno desse conflito, visto aqui como um *evento crítico* (Das, 1995), e o modo como ele “desce ao ordinário” *cortando redes* politizadas, produzindo as diferenças e as *associações* identitárias internas aos estudantes universitários.

Munidos de categorias de acusações como *machista, racista, transfóbico, misógino, classista, feminazi* ou *esquerdomacho*, parece que não são apenas *vândalos* que *a CS faz em casa*<sup>5</sup>.

### **Quando o evento “desce ao ordinário”: Corte e associações de redes politizadas, breves exposições teóricas**

A cena introdutória nos é familiar. À ocasião éramos calouros. Um de nós encontrava-se presente tanto na integração no nono andar quanto no embate com os “machistas da engenharia”. O artigo se alicerça a partir destas reverberações de conflitos que marcam o cotidiano universitário. Se a rotina de um estudante é definida pelas aulas e filas para fotocopiar textos, das conversas animadas no restaurante universitário, que tecem nossas melhores memórias do período, brigas e gritos que terminam com todos fazendo Boletins de Ocorrência na Delegacia de Polícia são fatos que transitam entre o ordinário e o extraordinário das relações estudantis. Em todos os casos é o Centro Acadêmico que costuma mediar essas tensões através da publicação de *notas*, como um tipo de “posicionamento oficial” da comunidade discente, e, quando se faz necessário, do suporte burocrático, como registrar os fatos com a Polícia ou outras instâncias da universidade.

Não que os conflitos sejam incomuns; contudo, alguns episódios são considerados

5 É parte de nossos interesses sugerir que há uma tensão na universidade que opõe distintos cursos através do entendimento que têm sobre gênero, raça e classe. De um lado, estaria o *trote* das Ciências Sociais, que ensinava feminismos e as opressões sociais, e, do outro, os “machistas da engenharia”, que pareciam não se importar o quanto seus corpos descamisados construía uma performance de gênero e masculinidade (Butler, 2003), o quanto o “vem, vem piranha” era opressivo aos cursos de Ciências Humanas, majoritariamente ocupados por mulheres, pessoas negras e LGBT’s. A questão é demonstrar como essa diversidade interna aos cursos reverbera nessas distinções mais amplas. Para uma discussão sobre a vivência universitária e sua relação entre política e esportes, consultar Costa (2007).

mais graves. Funcionam como um *evento crítico* (Das, 1995). Isto é, causam rupturas, desordens e reordenamento das relações. A aposta é perceber como eles “descem ao ordinário” (Das, 2007), como as pessoas empreendem esforços contínuos para tornar seus mundos, suas vidas, novamente habitáveis; após as dores; após as guerras; após os conflitos. Certamente, Veena Das (1995, 2007) analisaria dessa maneira nosso problema de pesquisa.

Conduziremos esse artigo desde o conflito universitário em si, ou seja, de seu *evento crítico*, dando atenção ao modo como ele “desce ao ordinário”, com os repertórios e diferenças de gêneros, raças, classes e sexualidades, em pauta no movimento estudantil local. E como, ainda, esses episódios constroem *Redes* e *Associações* (Latour, 2005; Boissevain, 2010), nitidamente marcadas pelas performances dos marcadores sociais em questão (Mcclintock, 2010; Davis, 2016). Aqui, *Redes* é uma inspiração de Bruno Latour (2005) em sua formulação da *Teoria Ator-Rede*. Estamos interessados, como quis Latour, no modo como os atores produzem *associações*. Para o autor, o social é produzido nesses movimentos *associativos*. Cabe ao analista das relações sociais mostrar-se atento aos passos que os atores produzem, pois são os atores que constroem aquilo que a teoria social clássica quis um dia chamar “sociedade”.

Assumimos: não estamos preocupados com os debates complexos acerca da existência ou não da “sociedade” na teoria social e antropológica clássicas (ver Strathern, 2014), mas, sim, na pista que Latour nos deixa, para que sigamos os atores em suas *associações*. Nessas *associações* e nos *cortes* de redes as performances da diferença se produzem quando o *evento crítico* “desce ao ordinário”. São tão potentes e materializadores da diferença esses marcadores que são capazes de *cortar* redes politizadas, de produzir a *espinha dorsal* da singularidade da diferença (Brah, 1996). Algo que se dá, portanto, nos intervalos do cotidiano, como bem sugeriu Gabriel Feltran (2017).

Fátima Lima (2018) se debruça na noção de *espinha dorsal* para trazer à tona sua perspectiva interseccional entre os marcadores da diferença. Contudo, para a autora, a raça, por exemplo, é uma *espinha dorsal* quando colocada no centro das discussões, pois os marcadores, apesar de interseccionados, são ora singulares entre si. Acreditamos que a noção da autora possa nos elucidar algumas questões sobre como redes são ora *cortadas*, ora *produzidas*, porque os marcadores, por vezes, singularizam os sujeitos e definem a carnatura da produção social da diferença. Expliquemos: as pessoas deixam de se falar; se dividem entre coligações políticas diferentes; passam a fazer oposições partidárias internas; deixam de lado seus projetos homogêneo-politizados e começam a pautar suas diferenças, nitidamente identitárias. Em nosso campo, um conflito universitário traz o

revés da separação entre “meninos” e “meninas” no Centro Acadêmico de Ciências Sociais, que *cortam as redes* políticas e passam a se *associar* por seus gêneros e suas orientações sexuais.

Desse modo, podemos nos filiar aos ensinamentos de Marilyn Strathern (2014) sobre como se *cortam as redes*, notoriamente um caminhar da autora pela *Teoria Ator-Rede* (Latour, 2005). Diz-nos Strathern (2014 :305) que as “redes que dependem das interações entre as pessoas acabam tendo uma temporalidade frágil. Elas não duram para sempre”. Por isso mesmo, “a questão passa a ser o modo como são sustentadas e se tornam duráveis. Elas parecem depender de continuidades de identidades (isto é, homogeneidade)”. Em nosso caso, as *redes cortadas* são as politizadas, as das ficções da homogeneidade entre os gêneros, as raças e as sexualidades no espaço universitário.

Um *evento crítico* (Das, 1995) “desce ao ordinário” *cortando* os grupos pelo gênero, pela raça, pela sexualidade, pela classe, pelos, então, marcadores sociais da diferença (Mcclintock, 2010; Mohanty, 2003; Davis, 2016; Feltran, 2017; Lima, 2018). Desfaz, no ambiente universitário, o projeto político harmônico de um Centro Acadêmico, as “continuidades de identidades”, segundo Strathern (2014); desfaz a junção das perspectivas políticas de jovens tomados pelo fervor das manifestações de junho de 2013; produz a diferença; as pessoas se filiam por suas performances identitárias de gênero, mostrando, entre outras coisas, que *diversidade, associações e relações* fazem parte dos espaços estudantis politizados.

Selecionamos os eventos discutidos nesse artigo por terem movimentado atores generificados, racializados e sexualizados específicos. E, também, *cortado* e produzido *associações* politizadas de atores para a solução dos conflitos universitários em questão. Pensando no que diz Victor Turner (2005) sobre “rituais de aflição”, lembremos que a *aflição* faz parte da comunicação de unidade. Ela serve para apaziguar tensões ao funcionar como um estágio liminar, depois do qual as coisas voltam a ser como antes do evento extraordinário, e/ou mudam o rumo de vez após o *Drama Social*. Por isso, o modo como os conflitos no ambiente universitário são infiltrados nas relações sociais apresenta-se aqui como de suma importância. Quando, de fato, o *drama, o evento crítico*, “desce ao ordinário” ele produz repertórios sociais complexos de gênero, raça e sexualidade. É essa a nossa aposta analítica.

Para atender a esses objetivos aqui expostos centraremos nossa descrição etnográfica no que nossas interlocutoras identificavam ser a figura do *esquerdomacho*, homens filiados à esquerda política, mas que ainda assim produziam atitudes “tipicamente machistas” nos espaços universitários, como o silenciamento das mulheres. Desse ponto

de vista, eles parecem não ser tão diferentes assim dos “machistas da engenharia”. O *esquerdomacho* divide espaço com uma crescente demanda por representações feministas dentro da universidade, embora outras questões sociais tenham sido reveladas durante nossas investidas etnográficas. Como sugeriu Efrem Filho (2017), narrativas sobre violências vão sempre nos conduzindo a outras narrativas sobre violências. No mesmo sentido, narrativas sobre os conflitos universitários nos conduziram a outras narrativas diversas, todavia, *reciprocamente constituídas*, como quis o autor citado. Aos *cortes e associações* de redes generificadas, apareciam *reciprocamente constituídos* não apenas o próprio gênero, mas, também, a raça, a sexualidade, a classe, os partidos políticos de esquerda, entre outras coisas, que constroem as diferenças entre os grupos sociais politizados.

Isso, não obstante, construía a nós mesmos naquele espaço, como estudantes LGBT que fomos: nos interiorizamos entre agremiações específicas até que um dia “deixamos” de ser *Vandalxs da CS*. Saíamos da universidade no momento de maior crise política de sua história. Defendemos nossas monografias em meio às greves infundáveis, aos desmontes estatais, com os temas que de algum modo aqui nos são caros. Nós mesmos somos sujeito/objeto do quanto as demandas universitárias orientam as escolhas políticas, acadêmicas e epistemológicas<sup>6</sup>.

O artigo daqui em diante se divide em três momentos. No primeiro, fazemos uma comparação entre o cenário político e as demandas estudantis – tanto ideológicas como acadêmicas – do curso de Ciências Sociais da UERJ, em uma geração anterior à implementação do Sistema de Cotas<sup>7</sup>. Em seguida, enfocamos no ano de 2014, a fim de

---

6 Durante os anos 2015, 2016 e início de 2017 a UERJ, considerada uma das melhores universidades do país, passou pela pior crise política de sua história. Esse artigo é uma resposta política contra o desmonte da ciência e universidade públicas. Mesmo com todo o desmonte da universidade, no ano de 2017 a UERJ ocupava a oitava posição do ranking nacional, sendo, ainda, uma das vinte melhores da América Latina. Consultar: <https://odia.ig.com.br/conteudo/2017/11/rio-de-janeiro/26059-uerj-e-a-8-melhor-universidade-do-pais.html>, acessado em 10 de dezembro de 2018. A UERJ ainda se recupera de seu sucateamento provocado por partidos políticos específicos e falta de interesse público da classe política estatal. Nossos temas de pesquisas produzidos pelo Departamento de Ciências Sociais giravam em torno ora das discussões de sexualidade, maternidade, políticas, emoções, laços conjugais, dor, sofrimento e gênero, a partir de histórias de mulheres mães jovens soropositivas (Nelvo, 2017); ora das fronteiras identitárias produzidas entre festas Gays cariocas, em sua intersecção com o tema do consumo, práticas sexuais, produção midiática da diferença e, sobretudo, bebidas alcólicas, que traz à baila as dinâmicas de classe e raça (Longo, 2018).

7 A UERJ é conhecida por ser a Universidade mais popular do Rio de Janeiro, senão do Brasil. O Sistema de Cotas tem proporcionado o ingresso e permanência dos e das estudantes nesta universidade desde os primeiros anos do atual século. Segundo o site oficial da universidade: “A universidade do Estado do Rio de Janeiro foi pioneira no sistema de cotas, garantindo 50% das vagas do vestibular de 2003 para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas da Rede Pública. Com a regulamentação que garante o corte sócio-econômico, a reserva de vagas ficou em 45%, sendo distribuída 20% para

compreender como os estudantes de *hoje* constroem a perspectiva sobre o “seu” momento na universidade. Sobre o que foi, portanto, a “nossa”, autores do texto, estadia na UERJ.

Esse material foi levantado através de entrevistas e achados na internet sobre o assunto. Além do relato de uma antiga aluna, *hoje* professora do curso, contamos com os depoimentos de estudantes que participaram ativamente dos *eventos* narrados e que à ocasião da pesquisa frequentavam à UERJ. Assim, chegamos ao segundo momento, que consiste na reconstituição narrativa da briga entre Cleusa – uma das interlocutoras, até então nossa veterana, que à época fazia parte da gestão do Centro Acadêmico – e Patrick, estudante do curso de Artes, que não aceitou dar-nos uma entrevista formalizada sobre o ocorrido, nos cedendo apenas breves *frases de efeito* que a ele remetia, em um episódio que teria envolvido “atitudes machistas”. Por fim, afirmaremos que o *evento crítico*, quando “desce ao ordinário”, produz uma série de efeitos idiossincráticos aos envolvidos, produz fixação de categorias, como, de um lado, uma feminista “louca” e “descontrolada” e, do outro, um *esquerdomacho* “opressor”, que, fatalmente, é apagado de suas multiplicidades de modos vida, como a racialização ou sua sexualidade. Intentamos, portanto, trazer à baila os efeitos sociais e idiossincráticos que ficam de fora da narrativa politizada da briga em questão, sugerindo que ela é muito mais violenta do que os enquadramentos que nos são apresentados. Utilizamos os relatos das entrevistadas e nossas próprias memórias para discutir as implicações do *evento crítico* no contexto político do curso de Ciências Sociais, da gestão do Centro Acadêmico, das dinâmicas subjetivas entre os atores envolvidos, e nos dias de *hoje*, quando a pauta feminista é forte e urgente no ambiente da UERJ – mesmo que diversos casos de machismo ainda assombrem esse espaço, que apesar do pioneirismo no Sistema de Cotas, ainda é muito privilegiado. Como a condução dessas narrativas nos conduzem a outras narrativas *reciprocamente constituídas* (Efrem Filho, 2017), foi possível captar nuances de raça, de classe, de sexualidade e de coligações partidárias.

### **Ontem e hoje, mulheres! A questão de gênero em duas gerações**

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro é famosa em todo o país não apenas por sua excelência no ensino, mas, também, pela sua diversidade. O mais conhecido de seus campi fica ao lado do Estádio Jornalista Mário Filho, internacionalmente conhecido

---

estudantes de rede pública de ensino, 20% para negros e 5% pessoas com deficiência e integrantes de minorias étnicas, além de filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciárias, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Em dezembro de 2008, foi estabelecido que o sistema durasse outros 10 anos”. (SITE DA UERJ: <http://www.uerj.br/>, consultado em 29 de maio de 2017).

como Maracanã, às margens do Rio que é o “verdadeiro” dono do nome<sup>8</sup>. Com uma estação de metrô ligada por uma passarela a um de seus portões, e com inúmeras linhas de ônibus atravessando seu entorno, o campus – que abriga o curso de Ciências Sociais – é um dos pontos de fluxo da cidade. Localizada de maneira tão “carioca” entre um estádio de futebol, os prédios de classe média de Vila Isabel e a favela (e a quadra de Escola de Samba) da Mangueira, a UERJ foi a primeira universidade brasileira a implementar o Sistema de Cotas em seu processo seletivo, confirmando sua vocação como riquíssimo caldeirão político. Um caldeirão que ferve de acordo com os sabores do governo que o sustenta. Assim, apesar de os ditos “movimentos e espaços” desse cenário serem movimentados, por vezes, por tendências macro-políticas, é com o Governo do Estado que a UERJ precisa articular repasses econômicos, pautas estudantis e greves trabalhistas.

Rogéria conhece bem esse cenário. Ela ingressou na UERJ no ano de 2000, como estudante do curso de Ciências Sociais, e *hoje* leciona nas mesmas salas em que antes estudava. Era o fim da chamada “Era FHC” – o mandato presidencial do sociólogo Fernando Henrique Cardoso – e, no âmbito do Governo do Estado, o início da polêmica administração de Anthony Garotinho – hoje investigado por uma série de acusações de corrupção. O país ainda vivia um longo processo de redemocratização após o período da Ditadura Militar, à procura de uma identidade nacional de liderança em uma América Latina que vinha de um processo civilizatório (Elias, 2011) “tardio” em relação aos Estados Unidos e às potências europeias – as aspas demarcam nossa ironia. Notoriamente, um país marcado pelas ruínas coloniais e escravocratas. Nesse contexto, Rogéria, em entrevista, contou que: “a universidade estava até mais sucateada do que hoje em dia”<sup>9</sup>, já que o processo de terceirização que afetava principalmente as universidades federais no governo FHC também esbarrava nos blocos cinzas da UERJ.

Assim, o movimento estudantil concentrava suas críticas contra o governo e a dependência do FMI (Fundo Monetário Internacional). Uma pauta mais “universal” entre os distintos cursos era a do restaurante universitário (que foi conquistado somente em 2011), mas esse tipo de política “externa” acabava por afastar estudantes, como a própria Rogéria, que se interessava mais pelos problemas da universidade e da formação

8 Além do referido campus, a UERJ conta com o da FFP (São Gonçalo) e a FBF (Duque de Caxias). Os outros *campi* estão em Petrópolis, Ilha Grande, Nova Friburgo, Resende e Teresópolis, além de representações específicas nos bairros de Botafogo, Lapa, São Cristóvão, Rio Comprido, São Francisco Xavier e Vila Isabel (todos na capital).

9 Na entrevista com a hoje professora do Instituto de Ciências Sociais, ela não nega o fato de que os dois últimos anos têm trazido grandes dificuldades e sucateamento para a UERJ, muito em função da crise do governo PMDB, que segundo ela tem transformado cada vez mais essa comparação sobre “investimento” e “sucateamento”, quando visto a *sua* geração e *seu* momento atual como professora, em um verdadeiro “porém”, que deve ser levado em consideração.

acadêmica.

Ela nos contou que um tema bastante comum às Ciências Sociais no período era o da “cultura de massa”, com estudos sobre comunicação, telenovelas e internet, sob a ótica da construção da subjetividade e a ideia de subalternidade como produto da exclusão social em um contexto de estudos pós-coloniais.

Acho que nós estávamos muito interessados em tentar entender, por exemplo, o lugar da novela na formação da subjetividade. Não era comum, por exemplo, cursos sobre nenhum tema social dos direitos humanos, entendem? Mesmo assim, cursos sobre violência que tinham eram nessa perspectiva mais da violência como índice, da violência como um problema social. Eu cheguei a fazer vários desses cursos, mas não era nessa interface, por exemplo, em tema com direitos humanos (Rogéria, 2016).

Nesse sentido, temas discutidos *hoje*, como racismo, machismo, LGBTfobia, feminismos e afins não eram pauta hegemônica nem do movimento estudantil, nem da grade curricular, já que não existia demanda por parte dos alunos. Logo, os estudantes interessados em questões relativas aos Direitos Humanos precisavam migrar para outros institutos a fim de direcionar suas carreiras:

Naquele momento, quem queria se aprofundar em estudos de gênero saía. Então naquele momento eu saí. Marcela, João Pedro que é de uma geração posterior à minha, da primeira turma de cotas, e muitos outros colegas também. A ideia era de que o curso de Ciências Sociais dava uma base ótima pra gente, eu sempre reconheci isso, mas com especializações que para a gente também eram muito claras. Então eu diria que eram bastante fortes naquele momento os estudos sobre **religião** ou sobre **cidade**, que ainda são hoje em dia (Rogéria, 2016, grifos nossos).

É um contexto figuracional diferente do que ela observa *hoje*, como professora, depois de mais de uma década de Sistema de Cotas e do impacto das redes sociais na formação política e nos interesses acadêmicos dos jovens, particularmente em torno de bandeiras como a do feminismo:

Eu não recorro de haver uma pressão no sentido de oferecer curso sobre gênero, que é uma demanda que vocês fazem **hoje**, ou curso sobre relações **raciais** e **racismo**. Eu acho que nosso interesse estava mais no sentido de tentar compreender esse processo, que era um processo

macro de exclusão, como que isso era atravessado por essa questão que eu já falei dos meios de comunicação. (Rogéria, 2016, grifos nossos).

Fazendo um contraste a este contexto no qual Rogéria era discente de graduação, o quadro político nos permite ser analisado através do relato de Vitória, que entrou no curso em 2013, aos 19 anos. A estudante é da mesma turma de Cleusa – as duas são amigas – e também participou dos eventos narrados nesse artigo. Em sua fala, assim como na de Cleusa, é frequente a menção às chamadas “Jornadas de Junho” – a onda de protestos que ocupou as ruas do país em 2013 –, como uma experiência produtora de um engajamento político (ou do desejo dele) anterior ao ingresso à faculdade:

O curso, as pessoas são mais politizadas do que **outros**; alguns **outros** cursos. Por que é um curso que se propõe a discutir essas coisas. A gente que entrou em 2013 viveu um ano de muita efervescência política. Debatia muito a conjuntura dentro de sala de aula, porque era uma conjuntura bem acelerada, né? Muitas coisas aconteceram, teve as **Jornadas de Junho**, muita gente se organizava, o centro acadêmico organizava concentração pra ir pro ato. Muita gente foi. Na minha turma, cara, foi a turma que mais, que eu considero, que mais teve gente se organizando na militância. Em diferentes organizações. Foi a que mais saiu militante. Depois veio a turma da Rebeca, depois a outra turma, agora essa turma, as pessoas se organizaram, mas uma organização mais tímida. Assim, participa de algumas coisas, mas não é algo que elas fazem o tempo inteiro. Na minha turma não, saiu uma galera que virou militante mesmo. Orgânico, né? E, uma coisa que eu observei muito foi que esse debate sobre opressões foi crescendo muito no nono andar a partir de 2013. Quando eu entrei não era assim. Hoje em dia, qualquer coisa que acontece, todo mundo já denuncia, todo mundo já entende o que é ou pode ser uma opressão. Quando a gente entrou em 2013, tinha algumas pessoas que tinham esses debates, mas elas sofriam um pouco. A gente fazia as denúncias, mas a galera não legitimava aquela denúncia prontamente, tinha certa resistência. E aí tanto na macropolítica esse debate foi ganhando espaço e se refletiu no nono andar. Hoje em dia eu considero o nono andar muito mais alinhado a essas questões do que quando eu entrei (Vitória, 2016, grifos nossos).

Destacamos que essa “efervescência política”, à qual Vitória se refere, é de suma importância para se pensar em como a conjuntura política influencia os debates dentro de sala de aula, dos temas a serem discutidos, das orientações pessoais – como, por exemplo, *tornar-se militante* nas “Jornadas de Junho” de 2013. No mesmo sentido, na geração de Rogéria os debates que fervilhavam eram a recém Ditadura Militar e os significados

subjetivos da construção de uma nação brasileira, de uma subjetividade, por meio das culturas de massas.

As demandas sociais mais amplas, isto é, o contexto figuracional (Elias, 2011), trazem à baila os temas que merecem atenção por serem então urgentes, necessários. Por despertarem o interesse de cientistas sociais. As identidades de gênero, sexuais e feminismos emergem como pautas acadêmicas em estreita relação com a produção de demandas sociais e políticas de direitos sexuais no Brasil (Vianna & Lacerda, 2004; Facchini, 2005). No mesmo sentido, raça, racismo e experiência de classe social acompanham as políticas de cota e de reparação racial e social dos grupos colonizados, bem como a impossibilidade de se discutir opressões sem colocar a raça como a *espinha dorsal* de um país cuja colonização e escravidão lhes dão origem (Lima, 2018).

É nesse processo de crescimento do debate sobre gênero e feminismo no curso de Ciências Sociais da UERJ que os eventos narrados na introdução projetam a figura de Cleusa como uma *liderança feminista* para os calouros de 2014. Algo que repercutiu na eleição da nova gestão do Centro Acadêmico naquele ano e, também, na forma como a briga entre ela e Patrick terminou por *cortar* redes politizadas de *associações*, e infiltrar nas relações ordinárias diferenças de gênero, raça e sexualidade no *nono andar*.

### **Associar e cortar redes politizadas: Gênero, raça e sexualidade na infiltração das relações**

Quarta-feira. Setembro do ano de 2014. Um *conflito ordinário* entre os cursos de Ciências Sociais e História transformou o CACIS em um “cenário de guerra”. Há apenas uma parede fina separando os espaços de convivência dos dois cursos, o que estabelece certa comunicação quando batidas mais ou menos veementes pedem silêncio ou demarcam posições, provocações. Uma dinâmica que nesse dia saiu do comum, fazendo com que o “bate de lá que a gente bate de cá” evoluísse para a agressão.

Cleusa acabara de sair de uma prova como outra qualquer, em mais um semestre tenso que viria a ser paralisado dali algumas semanas. No caminho para o CACIS, *já era possível escutar a discussão entre as mulheres do núcleo de História e Patrick*, estudante do curso de Artes. Cleusa entra na confusão sabendo que poderia ser um caso de “opressão”, com o fim de apaziguar a situação. Ela teve essa suspeita porque não seria a primeira vez que esse mesmo rapaz estaria causando rebuliço no nono andar, já que recentemente ele tinha insultado a religião de um estudante de Ciências Sociais que estava fazendo uma “limpeza espiritual” no espaço.

Patrick é negro, assumidamente homossexual e morador da baixada fluminense, região que concentra grande número de pessoas periféricas e pobres. Nesse dia, as mulheres do núcleo de História estavam em reunião, com bastante barulho, até que ele chegou e despojou diversas revistas *G Magazine* no chão – publicação destinada ao público gay, que contém ensaios fotográficos de nu masculino –, dizendo que era “disso” que elas estavam precisando para “se acalmar”. Atitude que gerou revolta entre as mulheres e fez com que Cleusa, ao saber do ocorrido, partisse para cima de Patrick e começasse o embate que ecoou por todo o andar, já que os dois passaram a gritar. A discussão durou alguns minutos, com trocas de ofensa dos dois lados. Patrick afirmava que Cleusa era uma “mulherzinha que não sabe se defender”, e que ela também precisava “de um macho para se acalmar”. Justificava, ainda, que por ser homossexual, ele poderia dizer esse tipo de coisa sem o peso ofensivo que existiria caso ele fosse heterossexual. Tipicamente um *esquerdomacho*.

A briga terminou quando Cleusa, que durante todo o tempo gesticulava muito e falava alto, cuspiu no rosto de Patrick. Mesmo sem entender nada, muitas pessoas foram atraídas pelos gritos até o local.

\*\*\*

Parece-nos que o ocorrido funciona como um *evento crítico* (Das, 1995), que expõe relações performadas de conflitos generificados, racializados e sexualizados. Isso se partirmos das sugestões de Butler (2003), para quem o gênero aparece como performance. O que não significa dizer que o gênero não exista como representação cultural pré-dada, mas sim que é no ato que ele é feito, nas relações (Strathern, 2006) O que é o gênero? O que é a sexualidade? No *evento crítico* trazido, são as performances que dali vazam. Identifiquemos. Uma reunião de um coletivo de mulheres; uma revista voltada para o público homossexual; “mulherzinha que não sabe se defender”; os gritos; os gestos corporais; o enfrentamento; a negritude do rapaz; a branquitude da moça; o cuspe. Gênero, raça, sexualidade são todas essas carnaturas separadas, performadas, relacionadas, *reciprocamente constituídas* (Efrem Filho, 2017). (De)substancializadas. Portanto, “performances da diferença” – notoriamente uma inspiração do que Butler (2003) chamou de “performances de gênero”. Carnaturas produzidas *a partir e nas* relações (Strathern, 2006).

Depois da briga Cleusa tomou um “chá de cadeira” enquanto tentava abrir um Boletim de Ocorrência na Delegacia (B.O.). Como o caso não se enquadraria nas agressões

previstas pela Lei Maria da Penha<sup>10</sup>, ela não procurou a Delegacia de Atendimento à Mulher. Mas se nas instâncias legais o ocorrido não passou disso, entre os estudantes diversos atores foram mobilizados, *associados* e *cortados* das redes politizadas. Alguns dos homens que presenciaram o evento, alunos do curso de Ciências Sociais, eram amigos de Patrick. A princípio não se configurou uma dinâmica *associativa* que colocasse, de um lado, “meninos”, e, do outro, “meninas”, mas em pouco tempo essa parecia ser a tônica das filiações pós *evento*. Alguns dos amigos de Patrick eram membros da gestão do Centro Acadêmico, de que Cleusa fazia parte, e que tinha sido eleita há pouco menos de três meses, com uma campanha fortemente apoiada no respeito à diversidade e às bandeiras políticas “do momento”, que Vitória identificou anteriormente como inspirações das “Jornadas de Junho”, dentre estas a feminista.

A gestão do Centro Acadêmico representa os estudantes no diálogo com a universidade em questões burocráticas, como a solicitação de ônibus para viagens, dispensa de aulas, reserva de espaços do campus para eventos acadêmicos e sociais, e divulga o “posicionamento oficial” da comunidade estudantil diante dos fatos negativos e positivos que ocorrem dentro da UERJ.

Se no contexto de Rogéria a gestão panfletava “contra” os governos corruptos, no de Cleusa a demanda “contra” o governo parece engajar-se na política por uma “vida sem catracas”, como Leila Saraiva (2018) identificou junto ao movimento do Passe Livre – leia-se, que as “Jornadas de Junho” começaram pela demanda na diminuição dos vinte centavos das passagens de ônibus. “Contra” o governo, portanto, visando o fim das desigualdades sociais, liberdades de gênero e sexualidade, e reparação racial, da colonização e da escravidão. “Contra” as situações sociais que Vitória denominou como “opressões”. São “contra” por demandarem, entre outras questões, o reconhecimento identitário-político das existências de mulheres, negros e LGBT’s.

Nesse sentido, muito rapidamente surgiu a demanda – e a expectativa – pelo pronunciamento do CACIS sobre o *evento* entre Cleusa e Patrick, através de uma nota oficial postada em suas redes sociais. A gestão tinha sido eleita justamente por ter representantes de diversos destes grupos, o que parecia significar maior mobilidade e abrangência quando fosse necessário lidar com diferentes pautas políticas. Entretanto, como fica explícito no depoimento de Vitória, não foi o que ocorreu:

A gente formou uma chapa bem ampla pro centro acadêmico e nessa chapa

---

10 Lei em âmbito nacional, instaurada em 2006, que visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Sua resolução pode ser melhor acessada em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm), acessado em 14 de outubro de 2017.

tinha muita gente: eu, Cleusa, Fernanda (que saiu do curso), Roberto, João, Marcelo, Rogério, a maior galera. Uma chapa ampla no sentido de concepção de política. A gente era **novo em política**, então não sabia **quem era quem, quem acreditava em quê** e aí acabamos formando essa chapa muito, muito ampla. E dessa chapa muito ampla surgiu muita divergência política. Principalmente no debate sobre **opressões**. Eu e a Cleusa, a gente sofreu muito com o **machismo dentro da gestão** e a galera não conseguia entender. Por exemplo, ocorreu um caso de machismo e a gente queria escrever uma nota auto-organizada. No caso, só as mulheres escrevendo e a nota já estaria legitimada para ser publicada e eles não, eles queriam que a nota de alguma forma passasse pelo crivo deles. Sendo que a gente falava “cara, mas a gente não precisa do crivo de vocês pra escrever nota sobre feminismo, sobre machismo”. Isso deu muita **treita** na época. A gente se desentendeu bastante e aí ocasionou um **racha na gestão**; a gestão ficou completamente rachada e quando isso acontece é muito difícil de tocar qualquer coisa no centro acadêmico (Vitória, 2016, grifos nossos).

De fato, o grupo eleito para a gestão do Centro Acadêmico era muito jovem, com uma grande quantidade de alunos do terceiro período e seus calouros diretos, do primeiro ano de curso. De nossa turma, portanto. Assim, a intenção de “renovar as coisas” veio sem um planejamento de ações para a gestão, o que fez com que a campanha fosse muito fortemente baseada nessas bandeiras que eram mais populares no curso: o combate às *opressões* do machismo, do racismo e da LGBTfobia. Na prática, as decisões ficavam engessadas pela dificuldade de conseguir consenso em um grupo tão grande e tão diverso, o que foi gerando tensões que ganharam materializações generificadas através da infiltração de *eventos* conflitivos nas relações sociais.

Uma vez que a briga tinha ocorrido no espaço do Centro Acadêmico, em um horário de grande circulação, e envolvia alunos de pelo menos três cursos diferentes, a repercussão foi rápida. No mesmo dia a cobrança por uma “posição oficial” do CACIS começou a ser elaborada através das redes sociais, sempre acionando a gravidade de um ato de gênero “tipicamente machista” ter ocorrido dentro de um espaço das Ciências Sociais. Assim, *associaram-se* redes de aliados. De um lado, as “meninas” da gestão se *associavam* na defesa de que o *evento* tinha sido um ataque machista. A publicação de uma *nota* das mulheres do núcleo de História<sup>11</sup> ajudou a pressionar o CACIS a fazer o mesmo tipo de exposição. De outro, os “meninos” procuravam ora relativizar a situação – por serem amigos de Patrick e não por causa de questões legítimas como a vulnerabilidade social dele enquanto negro e LGBT, vale ressaltar –, ora discutir a viabilidade de uma

11 Segundo a entrevista que fizemos com Cleusa, o centro acadêmico de História se posicionou muito antes e lhe ofereceu mais apoio do que o próprio centro acadêmico que ela integrava.

*nota* assinada pelo CACIS, argumentando que ela precisaria ser construída coletivamente. “Cara, mas a gente não precisa do crivo de vocês pra escrever nota sobre feminismo, sobre machismo”, era uma das inquietações de Vitória.

A publicação de *notas* sobre assuntos diversos era combinada entre os membros da gestão e após a elaboração de um texto pelos alunos do setorial de comunicação, que incluía Vitória e dois homens gays, um dos quais assina este artigo, ocorria uma leitura prévia, e caso ninguém tivesse algo a editar, seguia tranquilamente. O problema nesse *evento* que envolveu revistas pornográficas e cuspe foi que pela primeira vez uma das bandeiras políticas da própria gestão estava na pauta. Ter homens decidindo se e como o CACIS se posicionaria em uma questão que afetava as mulheres gerou conflito interno. Afinal, não se sabia “quem era quem, quem acreditava em quê”.

Assim é que se *cortam* as redes politizadas, pois a integração entre as pessoas acaba tendo uma *temporalidade frágil*. As redes, conforme Strathern (2014 :305), “não duram para sempre”, são sustentáveis e duráveis quando dependem de continuidades de identidades. *Cortam-se*, portanto, quando as *associações* já não fazem mais sentido. Quando a politização não mais se sustenta, e, então, sua *temporalidade frágil* emerge. *Cortam-se* as redes politizadas, agora não mais entre os estudantes que performaram gênero, raça e sexualidade e se enfrentaram, num *evento crítico* que envolveu performances dessas diferenças, revistas pornográficas e cuspe. Essas performances generificadas, racializadas e sexualizadas que compunham o *evento*, “desciam ao ordinário”, se infiltravam nas relações cotidianas, nos posicionamentos políticos a serem adotados, nas *associações* e *cortes* promovidos pelos atores. Os envolvidos são, agora, aqueles e aquelas que eram aparentemente “amigos de curso” e *associados* numa gestão de Centro Acadêmico.

A *nota* viria a ser publicada três dias depois do *evento*. Antes disso houve uma conversa entre Patrick e representantes da gestão que buscavam a conciliação mediante um reconhecimento de culpa da parte dele, como um pedido de desculpas e o compromisso de não repetir esse tipo de comportamento no espaço do Centro Acadêmico. A transformação do *evento crítico* em situação pública foi fundamental para o “racha” da gestão, produzindo um *corte* de redes politizadas, e para a politização da briga, já que a acusação de machismo era considerada altamente grave naquele contexto.

Abaixo, a nota do Centro Acadêmico<sup>12</sup>:

No dia 24/09/2014, novamente ocorreu mais um caso de machismo dentro do nosso centro acadêmico protagonizado pelo mesmo aluno de

12 Capturada na página do CACIS no *Facebook* ([www.facebook.com/csuerj](http://www.facebook.com/csuerj)) em 24 de dezembro de 2016.

Artes, que já demonstrou estar ao lado opressor outras três vezes. Tendo em vista a recorrência desse comportamento, a gestão do CACIS (que não admite nenhuma forma de opressão) abriu o diálogo com o estudante. Durante a conversa entre ele e mais três representantes da gestão (sendo desses três, uma mulher) nenhuma trégua foi decidida, mesmo após estes representantes terem explicado e pedido a desconstrução desses comportamentos ou, pelo menos, a não reprodução desses atos em nosso C.A (...) O aluno em questão em nenhum momento se demonstrou disposto a mudar sua conduta e durante o diálogo retomou às atitudes machistas. Sua expressão corporal era completamente opressora, o alto tom da voz, o corpo se colocando acima das mulheres, o deboche constante sobre nossas críticas e argumentos, além de ataques verbais (...) Xs outrxs alunxs de CS (incluindo alguns membros da gestão) presentes no C.A acompanharam a discussão. Alguns interviram no sentido de conter a ação do aluno machista. Outrxs não se posicionaram e ainda tiveram aqueles que se posicionaram a favor do opressor (...) após muitas provocações, uma das mulheres reagiu e cuspiu no rosto de seu opressor. Em seguida, ela passou a ser considerada opressora, e aquele homem, que desde o início foi agressivo, passou a ser vítima (...) O machista transformado em vítima apenas se retirou do C.A quando os seguranças da UERJ foram chamados a fim de evitar maiores conflitos (...) Repudiamos todas as atitudes machistas, misóginas e toda a tentativa de culpabilizar as vítimas. Machistas não passarão!

Com a *nota* do CACIS os desdobramentos da situação do *evento* começaram a *associar* e *cortar* as redes politizadas entre as pessoas do andar. Na gestão, as mulheres e os homens homossexuais ficaram do lado de Cleusa, enxergando com desconfiança qualquer coisa que viesse dos homens considerados “machistas” em potencial, enquanto esses homens pensavam que tudo que vinha de Cleusa pendia exageradamente para o viés feminista. Esses posicionamentos se reproduziram com maior e menor intensidade entre os/as alunos/as do andar, de acordo com a proximidade ou afinidade política com cada uma das partes. Os/as estudantes de Ciências Sociais eram ainda partes *associadas* por uma gestão de Centro Acadêmico, todavia *cortadas* pelos seus ideais e posicionamentos politizados. Um evento que envolveu gritos, revistas pornográficas, falas ofensivas e cuspe exigia das pessoas posicionamentos pessoais. As relações de gênero, raça e sexualidade se infiltrava nas relações cotidianas, indo muito além do dia da briga em si. Afinal, Patrick poderia ser impedido de frequentar um espaço público? O cuspe que Cleusa lançou em seu rosto teria tirado a razão dela, tornando-a agressora e Patrick vítima? Não existe alguma violência performática de gênero e sexualidade em exibir imagens de homens pelados para mulheres, e dizer que elas precisam *disso* para se acalmar? E como fica a relação de poder entre as partes *associativas*, já que Patrick é um homem negro e homossexual,

que estava sendo cobrado a se calar diante de uma mulher feminista, porém branca? Essas eram algumas das perguntas que movimentavam as discussões nas Assembleias estudantis após o ocorrido. O *evento crítico* “desce ao ordinário” nas tessituras justamente do gênero, da raça e da sexualidade.

A promoção de Assembleias regulares é mais uma das obrigações do CACIS, já que é nesses encontros que a comunidade estudantil fica a par das ações da gestão e pode informar suas demandas. É também um ambiente de disputa política, já que quem faz oposição à gestão tem a oportunidade de apontar falhas ou de instigar a revolta contra alguma pauta polêmica. O *corte* da rede politizada entre os membros da gestão e a divergência em relação a uma pauta considerada tão séria, além da ausência de um posicionamento que levasse em conta a questão racial e de identidade LGBT, que em nenhum momento constou na *nota* emitida pelo CACIS, fez parecer que Patrick somente poderia ser “machista” e “opressor”, nada além disso .

Todas essas questões fizeram com que a própria *associação* política dentro do andar fosse rearranjada, o que viria a colocar alguns dos membros da gestão em chapas opostas na eleição do ano seguinte. Como disse Vitória, não se “sabia quem era quem, quem acreditava em quê”. É assim que as redes politizadas se *cortam*, quando suas continuidades de identidades não mais se sustentam. Suas *temporalidades são frágeis*, não duram para sempre (Strathern, 2014).

## Das narrativas que conduzem a outras narrativas

Então, o núcleo de mulheres da História e o centro acadêmico de História não só se posicionaram como assim fizeram antes da gente até. Porque, é isso, como teve essa **divisão com diferentes percepções do ocorrido dentro da gestão do CACIS**, a gente teve muita dificuldade de fazer as coisas dar certo. Os homens tentaram a todo instante embarreirar a nota; na prática, burocraticamente não tem muito que se falar, assim. Mas com relação a publicizar o debate, denunciar, tinham pessoas dentro do centro acadêmico que não queriam que isso fosse feito e que ele continuasse frequentando o espaço [o centro acadêmico] como se nada tivesse acontecido, sem falar nada, né, **“a Cleusa é louca”** e...tinha parte que achava, e incluindo eu, que achava que a gente tinha que se posicionar politicamente mesmo, fazer uma nota de repúdio, propor um debate com os alunos, explicar o que aconteceu e publicizar isso como uma forma de liderança. Foi o que a gente tentou fazer e até certo ponto fomos bem, mas a gente teve muita dificuldade de fazer isso na prática porque esses grupos eram muito contra, né, e ofendiam a gente tentando embarreirar, ofendiam e não respeitavam e juntava com as pessoas que ficavam meio

lá e meio cá e não sabiam o que fazer e acabava que eles, entre aspas eram “maioria” e politicamente isso pesava muito (Cleusa, 2016, grifos nossos).

Então, as pessoas ainda lembram né? Depois desse **tempo todo**, como tenho dito. Não dá pra **esquecer**. Muita gente me **achava louca**, “**ah, Cleusa é descontrolada**”. Mas assim, muitas pessoas me achavam até **corajosa** e vinham me cumprimentar. Eu acho que essas pessoas até hoje acham isso, e também acho que os que pensavam o contrário, **que eu era louca**, continuam pensando [risos] (Cleusa, 2016, grifos nossos).

Cleusa nos contava esses detalhes internos da gestão numa entrevista que nos cedeu. Ela, melhor do que nós, que se articulava com as mulheres do CACIS na tentativa de elaborar uma *nota* sobre o *evento*, tem muito mais propriedade para dizer algo acerca dos embates que participou. Em suas narrativas, percebe-se o quanto as performances de gênero, sobretudo, operam como a *espinha dorsal* da diferença para publicizar ou não uma *nota*. As “meninas” buscavam “explicar o que aconteceu e publicizar isso como uma forma de liderança”. Os “meninos”, ao contrário, as embarreiravam. Havia, de fato, uma “divisão com diferentes percepções do ocorrido dentro da gestão do CACIS”. Cleusa foi feliz em nos lembrar disso. Nos lembrava, entre outras coisas, que o *evento crítico* “desce ao ordinário” *associando e cortando* redes politizadas, de atores sociais que se movimentam de modo generificados. Aqui, desta forma, o gênero se substancializa na *nota* de repúdio. O que escapa da *nota*? Esse, agora, é o nosso interesse.

Quando procuramos Patrick para levantar os dados etnográficos para este artigo, o adicionamos em nossas mídias digitais e tentamos entradas por demais conhecidos de UERJ, que seriam mais próximos dele. Conhecíamos Patrick pessoalmente, muito em função da interiorização das pautas LGBT no espaço universitário; uma das pautas, por exemplo, que jamais constou nas “opressões” elencadas pela *nota* do CACIS. Todavia, Patrick tinha certeza que éramos “amigos” de Cleusa e que, quando o procuramos, nossa *associação* de redes politizadas já estava posta. De fato, conhecíamos muito mais a Cleusa do que ele. A gestão do CACIS, o nono andar, os “meninos” que embarreiravam a *nota*, que mais pareciam estar preocupados com as performances de gênero de *esquerdomacho*, termo que a eles facilmente poderia se aplicar, ou seja, todos esses atores envolvidos não quiseram saber quem era o Patrick. Nem mesmo nós, autores deste texto. Demoramos para procurá-lo. “Vocês terão a visão dela no fim”. Patrick estava certo, somente tínhamos essa visão. Foi o que nos respondeu.

Em outro lugar do artigo, falávamos sobre como narrativas sobre violências

conduzem a outras narrativas sobre violência que, por sua vez, são *reciprocamente constituídas* (Efrem Filho, 2017). Quando Patrick foi acionado pela primeira vez para falar conosco sobre o *evento* ele estava “batendo uma laje”. Não sabemos se ele participava de uma obra para uso próprio ou se era uma forma de trabalho que ele estava exercendo. Ele estava em umas das cidades que compõem a baixada fluminense, região do estado que concentra pessoas periféricas, negras e pobres. O que sabíamos, e podíamos captar, ou seja, o que estava a nosso alcance, é que desejavam fazer com que Patrick deixasse de circular pelo nono andar, que por ali ele não mais frequentasse. Se frases curtas não podem substituir uma entrevista, “bater uma laje” comunica muita coisa.

Apagamentos produzidos. Patrick é negro. Patrick é homossexual. Imaginemos de quantos espaços ele não é excluído? Quantas vezes, imaginemos, sua corporalidade não borra as fronteiras simbólicas da ficção da homogeneidade racial, que mais produzem a abjeção? Patrick poderia ser tudo dentro de um determinado enquadramento político na *nota* do CACIS, isto é, *esquerdomacho*, “tipicamente machista”, “opressor”. Todavia, nada de si é produzido. Nada dele é levado em conta. O que, assumimos, não relativiza o fato de suas atitudes serem um caso “tipicamente machista”, “opressivo”, como aprendemos ao longo dos anos de nono andar.

De todo modo, Patrick passou a não mais frequentar o andar. Para pessoas negras, que são socialmente excluídas dos espaços públicos, isso carrega um peso político-moral nevrálgico. Faz parte das rasuras coloniais e escravocratas. É nessa “não circulação” pelo nono andar que a raça, e o racismo, operam como a *espinha dorsal* da diferença (Lima, 2018), dos marcadores sociais, que a apesar de interseccionados, se singularizam a depender de seus efeitos situacionais produzidos. As narrativas sobre *associações* e *cortes* de redes politizadas nos conduzem aos modos pelos quais as performances do *evento crítico*, e sua infiltração nas relações universitárias, *reciprocamente constituem* repertórios raciais, sexuais, de classe. Para Patrick, a raça aparecia enquanto uma “ficção materializada em corpos e processos de subjetivação entendidos(as) enquanto negros(as), a multiplicidade de modos de vida e os enfrentamentos vivenciados” (Lima, 2018 :141). Expliquemos: “Batendo uma laje”; não circulação pelo nono andar; cuspe. A diferença é produzida nesses intervalos do cotidiano (Feltran, 2017).

Enquanto Patrick é um sujeito com gênero, socialmente produzido naquele espaço por seus “deboches”, seus ataques verbais, sua encenação sexual, como consta a *nota* do CACIS, ele jamais foi visto como um sujeito com raça, com sexualidade. Isto é, como negro, como homossexual. Insistimos: isso não relativiza nada, muito menos justifica suas atitudes. Elas podem ser facilmente enquadradas como atitudes “tipicamente machistas”.

A repudiamos. À época, ficamos do lado de Cleusa e pressionamos o CACIS para que a *nota* fosse divulgada o quanto antes, e sem o crivo dos “meninos”, potenciais *esquerdomachos*. O que estamos querendo colocar como questão é que esses *eventos críticos* produzem relações também raciais, sexuais e de classe. Produzem, desta forma, o apagamento subjetivo de modos de vida. Dentro de um determinado enquadramento político estudantil Patrick poderia ser tudo, menos uma pessoa também vulnerável, também infiltrável, também inscrita por *espinhas dorsais* da diferença e desigualdades (Lima, 2018).

É no corpo negro e homossexual que se cospe no rosto. No *evento crítico* em questão, somente Patrick poderia ser aquele sobre o qual se desferem substâncias corporais, e não nos “meninos” da gestão, em sua maioria no local, brancos, que desde o início da briga, permaneceram do lado do estudante de Artes. Com estes últimos as brigas são para publicização ou não da *nota* pelo CACIS. A infiltração desse ato performático, o cuspe, é uma performance de gênero, como quis Butler (2003), mas, também, de raça, de sexualidade, de classe. O que está em questão é a ideia da “colonialidade e de que elementos coloniais continuam moldando as relações saber-poder; retroalimentando uma cultura do racismo” (Lima, 2018 :141). Cultura esta que, segundo a autora citada, não passa mais “tão silenciosa nos enfrentamentos na agenda atual”.

Em 2016, ano no qual começamos a reunir os dados para essa pesquisa, os/as estudantes autodeclarados negros/as de Ciências Sociais da UERJ deram início à *Frente Negra de Ciências Sociais*. Foi a partir dessa *Frente*, e sobretudo em conversas com colegas que a integram, que inicialmente haviam somente se colocado ao lado de Cleusa, que passamos a olhar para o *evento crítico* com novos olhares. Como nos disse uma amiga: “não acho que ele estava certo, é um caso sério de machismo, mas ele foi completamente apagado de tudo que ele é, ninguém nunca se importou com os efeitos”. Que efeitos? Nos perguntávamos. “Ninguém falou de raça, de classe, de sexualidade, do Patrick, somente queriam tirá-lo do local, era urgente isso”, completava nossa colega.

Aqui, acreditamos que nossos objetivos ficam ainda mais evidentes. As atitudes de Patrick não podem ser toleradas. O silenciamento de mulheres, a encenação sexual, “mulherzinha que não sabe se defender”, que precisa de um “macho para se acalmar” e muitas outras performances de gênero são, como nossa colega dizia, um “caso muito sério de machismo”. Contudo, fixar a discussão na figura do *esquerdomacho*, procurar resolver as coisas de modo a impedi-lo de seus trânsitos pelo andar é, a um só tempo, perder uma oportunidade mestra de se discutir raça, racismo, LGBTfobia, machismo, feminismos, colonialismo e escravidão; tanto quanto, são soluções que produzem apagamentos subjetivos e multiplicidade de modos de vida.

O *evento crítico* “desce ao ordinário” com muitas *reciprocidades constitutivas*. Produz *associações* e *cortes* de redes politizadas. Produz, também, o pesar do silêncio, da não circulação pelo andar, do abandono do curso, das figuras envolvidas que apenas são vistas de modo fixados. Cleusa somente poderia ser uma “louca”, que aumenta as coisas, “descontrolada”. Patrick um “opressor”, típico *esquerdomacho*. O *evento crítico* se infiltra em suas subjetividades produzindo ainda mais carnaturas de violências de gênero, raça, classe, sexualidade. Os/as envolvidos/as são “loucos”, “opressores”. Corpos que se podem despojar discursos do tipo “mulherzinha que não sabe se defender”, que precisam de um “macho para se acalmar”. Jamais relativizamos os atos de Patrick. São corpos, também, nos quais se cospe, corpos que são impedidos *não institucional, mas figuracionalmente*, de circular pelo andar. Cleusa abandonou o curso, *não seguiu com sua carreira universitária na UERJ. Ela não é* “qualquer” pessoa branca, enquadrada a priori como classe média ou alta, ao contrário do que pode parecer. Era ingressante por cotas sociais, por ter estudado todo o ensino médio em escolas públicas. O que, portanto, somente nos enriquece ainda mais as discussões aqui tecidas. Cleusa foi apagada de tudo o que fez como liderança feminista e passou a ser somente vista ora como *corajosa*, ora *louca, descontrolada*, pelo enfrentamento e cuspe desferidos contra Patrick. Este que, por sua vez, não pode ser mais nada que não opressor, *esquerdomacho*.

Não se pode falar sobre Cleusa sem cair em reproduções violentas de performances de gênero complexas, como a *loucura* por parte de feministas, que enfrentam situações demasiado opressivas, como os discursos de “mulherzinha que não sabe se defender”. Não se pode falar sobre Patrick sem cair em reproduções de que se trata de um *opressor*, sem que se apague suas relações raciais e sexuais. Esses enquadramentos políticos são pesados aos dois, de algum modo. A *nota* e todas as *associações* da gestão não dão conta das idiosincrasias subjetivas. Cleusa abandonou o curso de vez, passou a ser vista como *louca*. Patrick deixou de circular pelo nono andar, foi apagado de suas *espinhas dorsais* de raça e sexualidade.

Quando o *evento crítico* “desce ao ordinário”, ele produz *associações, cortes* de redes politizadas e, nesse momento da discussão, conduz a outras narrativas sobre violências. Não obstante, violências generificadas, racializadas, sexualizadas. A discussão é muito mais complexa do que as iniciais *associações* entre “meninos” e “meninas” da gestão. As pessoas que do *evento* são *protagonistas carregam dele marcas incictrizáveis*: registros semânticos de mulher *louca*, de homem *opressor, esquerdomacho*; registros de abandono do curso universitário, de apagamentos de modos de vida, de suas relações raciais e sexuais.

O artigo já se encerra por aqui. Não podemos oferecer muito mais do que essas explicações parciais. O que sugerimos, por agora, é que um trote, um *evento crítico*, uma *nota*, os efeitos idiossincráticos subjetivos, as categorias sociais que circulam, como *esquerdomacho*, “opressor”, os apagamentos que são produzidos nos modos de vida dos sujeitos envolvidos, entre outras questões que estão nas tessituras das *associações* e *cortes* de redes politizadas do ambiente universitário, “descem ao ordinário” com performances de gênero, raça e sexualidade.

Com mais interrogações do que respostas a priori é que encerramos este estudo inicial com sentimento não de incompletude, mas, sim, de estímulo para pensar como os debates que ocorrem no espaço universitário, suas dinâmicas conflitivas e os repertórios ali acionados são uma fecunda ocasião para a produção de uma reflexão antropológica; sempre parcial, posicionada (Haraway, 2009), passível de reinterpretações e enquadramentos éticos outros.

Avante UERJ. #UERJResiste. #MuseuNacionalVive<sup>13</sup>.

## Referências

- ABU-LUGHOD. 2013. "As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros". Florianópolis: *Estudos Feministas*, pp. 451-470.
- BRAH, Avtar. 1996. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London/New York: Routledge.
- BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- CARRARA, Sérgio; FRANÇA, Isadora Lins; SIMÕES, Júlio Assis. 2018. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. São Paulo: *Revista de Antropologia*, v. 61, pp. 71-82.
- CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Silvia; LOPES LEITE, Paulo Victor; TOTA, Martinho. 2017. *Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cepesc.
- CARRARA, Sérgio. 2015. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: *Mana*, v. 21, pp. 323-245.
- COSTA, Carlos Eduardo. 2017. *Vida Universitária: política, esportes e festas: Uma análise antropológica da sociabilidade estudantil contemporânea*. Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

13 Pedimos licença poética para reproduzir o discurso político adotado pela classe discente, trabalhadora e docente da UERJ, acompanhado de sua *hashtag*. Também nos solidarizamos com o ocorrido no Museu Nacional, completamente tomado por um incêndio no dia 02 de setembro de 2018.

- DAS, Veena. 1995. *Critical Events: An anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. 2007. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University Press.
- DAVIS, Angela. 2016. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. 2017. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. 2010. *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- EFREMFILHO, Roberto. 2017. *Mata-mata: Reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas.
- ELIAS, Norbert. 2011. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.
- FELTRAN, Gabriel. 2017. A categoria como intervalo: a diferença entre essência e desconstrução. Campinas: *Cadernos Pagu*, n. 51.
- FRANÇA, Isadora Lins. 2012. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: Homossexualidade, consumo e subjetividade na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: UERJ.
- FRANÇA, Matheus Gonçalves. 2016. *Além de dois existem mais: estudo antropológico sobre Poliamor em Brasília-DF*. Dissertação em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.
- GREGORI, Filomena. 2016. *Prazeres Perigosos: Erotismo, gênero e limites da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HARAWAY, Donna. 2009. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas: *Cadernos Pagu*, v. 5, pp. 7-41.
- HOOKS, Bell. 1990. Homeplace: a site of resistance. In: Hooks, Bell *Yearning: race, gender and cultural politics*. Boston: South End Press.
- LATOUR, Bruno. 2005. *Reassembling the Social. An introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: University of Press.
- LIMA, Stephanie. 2016. "As bi, as gay, as trava e as sapatão tão tudo organizada pra fazer a revolução!": Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- LIMA, Fátima. 2018. "Raça, gênero e sexualidades: interseccionalidades e resistências viscerais de mulheres negras em contextos bio-necropolíticos". In: RANGEL, Everton; FERNANDES, Camila; LIMA, Fátima, *(Des)prazer da norma*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- LONGO, Fabrício. 2018. "Padrãozinho" e "Viadão": Uma etnografia sobre fronteiras

*identitárias em festas gays*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SARAIVA, Leila. 2018. *Não leve flores: Crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

STRATHERN, Marilyn. 2006. *O Gênero da Dádiva: Problemas com as Mulheres e Problemas com a Sociedade na Melanésia*. Unicamp/SP: Unicamp.

\_\_\_\_\_. 2014. "Cortando a Rede". In: STRATHERN, Marilyn *O Efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.

\_\_\_\_\_. 2014. "O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto?" In: STRATHERN, Marilyn. *O Efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.

MAHMOOD, Saba. 2005. *Politics of Piety: the Islamic revival and the feminist subject*. Princeton/Oxford: Princeton University Press.

MCCLINTOCK, Anne. 2010. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp.

MISKOLCI, Richard. 2009. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma análise da normalização". Porto Alegre: *Revista Sociologias*, v. 21, pp. 150-182.

MOHANTY, Chandra. 2003. "Under Western Eyes Revisited: Feminist solidarity through anticapitalist struggles". *Signs*, v. 28, n. 2, pp. 499-535.

NELVO, Romário V. 2017. *Tecendo Narrativas e Emoções: uma etnografia sobre trajetórias de mulheres com HIV/Aids*. Monografia em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PADOVANI, Natália. 2015. *Sobre casose casamentos: Das redes de afetos e dos relacionamentos através das penitenciárias femininas das cidades de São Paulo e Barcelona*. Tese de Doutora, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas.

RUBIN, Gayle. 1984. "Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality". In: VANCE, Carol (Org.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. New York: Routledge.

TURNER, Victor. 2005. *Floresta de Símbolos*. Niterói/RJ: UFF.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. 2004. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: O panorama atual*. Rio de Janeiro: CEPESC.

Recebido em 03 de dezembro de 2017.

Aceito em 12 de novembro de 2018.